



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

OEC/326/2018 – lasm

26 JUL 2018

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 27 de junho de 2018.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a Moção nº 173/2018, de autoria do Vereador Nasser José Delgado Abdallah, apresentada em Sessão Ordinária realizada no dia 25 de junho do corrente ano.

Solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de encaminhar cópia da Moção aos Líderes de Partido no Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


José Baptista de Carvalho Neto
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Eunício Oliveira
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
BRASÍLIA – DF

“Deus seja louvado”

Rua Lucas Evangelista, 652 – Fone (17) 3345-9200 – CEP 14.700-425
BEBEDOURO – ESTADO DE SÃO PAULO



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

DESPACHADO PELA MESM

Em 25/06/18

José Baptista de Carvalho Neto
Presidente

MOÇÃO Nº 173 /2018

Moção de Apelo

Autoria: Vereador Engenheiro Nasser – Rede Sustentabilidade

Senhor Presidente,

Considerando que o presidente Michel Temer sancionou na segunda-feira (11), o PLC 19, aprovado pelo Congresso Nacional, que cria o sistema único de Segurança Pública, cujo objetivo é integrar os órgãos de segurança pública, como as polícias federal e estaduais, as secretarias de segurança e as guardas municipais;

Considerando que serão repassados recursos da União aos demais entes federativos, mediante contrapartidas, como metas de redução da criminalidade e produção de base de dados, cujos recursos para o sistema sairão da arrecadação das loterias. Para este ano, serão R\$ 800 milhões apenas desta fonte. A estimativa do governo é que, em 2022, os recursos vindos de loterias cheguem a R\$ 4,3 bilhões;

Considerando que o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, destacou a assinatura de contratos de gestão com os estados, que obrigará o cumprimento das metas como a redução dos índices de homicídio e a melhoria na formação de policiais, criando um federalismo compartilhado, que diz que todo mundo vai ter que trabalhar junto para enfrentar o PCC, o Comando Vermelho, a Família do Norte, o Sindicato do Crime dentre outras facções criminosas;

Considerando que entre as principais linhas de ação do sistema estão a unificação dos conteúdos dos cursos de formação e aperfeiçoamento de policiais, a integração dos órgãos e instituições de segurança pública, além do uso de métodos e processos científicos em investigações;

Considerando que entre as mudanças de procedimento, o texto estabelece a criação de uma unidade de registro de ocorrência policial, além de procedimentos de apuração e o uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos. O projeto diz ainda que o Ministério da Segurança Pública fixará, anualmente, metas de desempenho e usará indicadores para avaliar os resultados das operações;

Considerando que a aprovação do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) regulamentando o parágrafo 7º do Artigo 144 da Constituição Federal, bem como a lei 13.675 de 2018, foram aprovadas com alguns vetos;

Considerando que o presidente da Confederação Nacional das GCMs do Brasil, Oséias Francisco, argumentou que entre os vetos, um em especial afeta a Guarda Civil Municipal, como é o caso do veto ao artigo 44 da Lei Federal, que segundo a entidade é um grande legado na sociedade brasileira e o marco histórico da segurança pública no Brasil, ou seja, sistema que cria uma arquitetura e política nacional de ações integradas, estrutura, repasse de verba e cria os conselhos nos três entes da Federação;

“Deus Seja Louvado”

1



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

Considerando que ao vetar o artigo 44, que diz respeito ao reconhecimento da atividade dos guardas municipais como de natureza policial, há a implicação da lei complementar 51, que regulamenta aposentadoria das polícias no Brasil, ou seja, 30 anos, conforme está na lei, portanto o veto traz um grande prejuízo a categoria;

Considerando que de acordo com o presidente da Confederação Nacional das GCMs do Brasil, foi uma luta na câmara tentar colocar as guardas municipais nessa condição, tanto no Artigo 9, como no 44, sendo que o relator Coronel Alberto Fraga fez uma grande oposição, trabalhou na Câmara de Deputados e também no Senado, mais a mobilização nacional, até que foi aprovada. Porém, opositores conseguiram que o presidente Michel Temer vetasse a lei, causando um grande prejuízo do ponto de vista profissional e de reconhecimento social legítimo e necessário para os guardas civis municipais;

Considerando que se faz necessária a derrubada do veto presidencial e que o Congresso Nacional numa plenária conjunta, senadores e deputados, têm 30 dias para derrubar o veto presidencial e que é preciso uma votação de no mínimo 257 Deputados mais 41 senadores;

Considerando que as Guardas Civis Municipais, são contempladas dentro dessa nova arquitetura, como a Polícia Militar, Civil, Federal, os Agentes Penitenciários, os demais órgãos que vão compor esta grande política nacional de segurança pública;

Considerando que é injusto com os guardas civis municipais, que já vem desenvolvendo a função muito importante no Brasil afora, a manutenção desse veto;

Considerando que o SUSP, lei recém aprovada, não altera a função de nenhum dos órgãos da segurança pública, sendo que as da GCM são regulamentadas pela lei 13.022, que estabeleceu a competência da guarda municipal como de natureza policial;

Considerando que é importante o reconhecimento para que a GCM exercite e usufrua das prerrogativas, sendo uma delas aposentadoria especial conforme julgado recentemente no mandado de injunção do Ministro do STF (Superior Tribunal federal), Alexandre Moraes, reconhecendo a aposentadoria especial do guarda municipal referendada pela lei 51 de 1985, que regulamenta aposentadoria do servidor policial;

Solicito à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, nos termos regimentais, seja dada ciência da presente **MOÇÃO DE APELO**, ao **Senado Federal**, na pessoa do Exmo. Presidente Sr. Eunício de Oliveira, e à **Câmara de Deputados**, na pessoa do Exmo. Presidente Sr. Rodrigo Maia, no para que articulem a derrubada do veto ao artigo 44, já que o mesmo traz consequentes prejuízos às Guardas Civis Municipais, com o fim da aposentadoria especial do guarda municipal, referendada pela Lei nº 51 de 1985, que regulamenta a aposentadoria do servidor policial. **Solicito ainda**, que seja enviada cópia da presente propositura, a todos os líderes de partidos nas respectivas Casas.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 14 de junho de 2018.

Nasser José Delgado Abdallah (Eng.º Nasser)
VEREADOR – REDE SUSTENTABILIDADE

Moc018-18

“Deus Seja Louvado”

2

RUA LUCAS EVANGELISTA, 652 – CEP 14700-425 – TELEFONE: (17) 3345-9200

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 8 de agosto de 2018.

Senhor José Baptista de Carvalho Neto, Presidente da
Câmara Municipal de Bebedouro – SP,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Ofício OEC/326/2018-lasm, de Vossa Excelência, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida à **Secretaria Legislativa do Congresso Nacional** para juntada ao Veto nº 20, de 2018, que trata do *“Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2018 (nº 3.734/2012, na Casa de origem), que “Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012”.*”

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa